

a economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960)

Barsanufu Gomides Borges

Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias
da Universidade Federal de Goiás

O presente artigo esboça uma análise de trinta anos de história agrária goiana (1930-1960), um período marcado por mudanças significativas nas relações cidade-campo no Brasil. A industrialização do Sudeste estimulou a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e integrou a economia agrária regional ao mercado. A agropecuária goiana ampliou sua inserção na divisão inter-regional do trabalho e se especializou como atividade complementar da economia urbano-industrial de São Paulo.

Após a crise da mineração, no final do século XVIII, a economia goiana tornou-se essencialmente agrária com um baixo índice de circulação monetária. O isolamento geográfico e a falta de meios de transporte e comunicação dificultavam o desenvolvimento de práticas mercantis no Estado. A pecuária foi a exceção: a produção bovina manteve-se organizada como atividade de mercado exportando regularmente gado de corte para os mercados do Centro-Sul e Norte-Nordeste. O comércio do gado garantia uma certa rentabilidade ao setor agrário e a arrecadação fiscal do erário público estadual. O criatório foi a atividade econômica principal responsável pela ocupação efetiva dos sertões em Goiás, pois a economia mineratória foi localizada em algumas regiões auríferas que se esgotaram rapidamente e a agricultura comercial somente se desenvolveu a partir das primeiras décadas deste século.

As mudanças econômicas ocorridas no País a partir de 1930 criaram as condições que possibilitaram a alteração desse quadro da economia goiana. Com a expansão da fronteira agrícola no Oeste, a agropecuária regional, baseada na pecuária de corte e nas lavouras alimentares, passou a organizar-se como atividade complementar da economia do Sudeste.

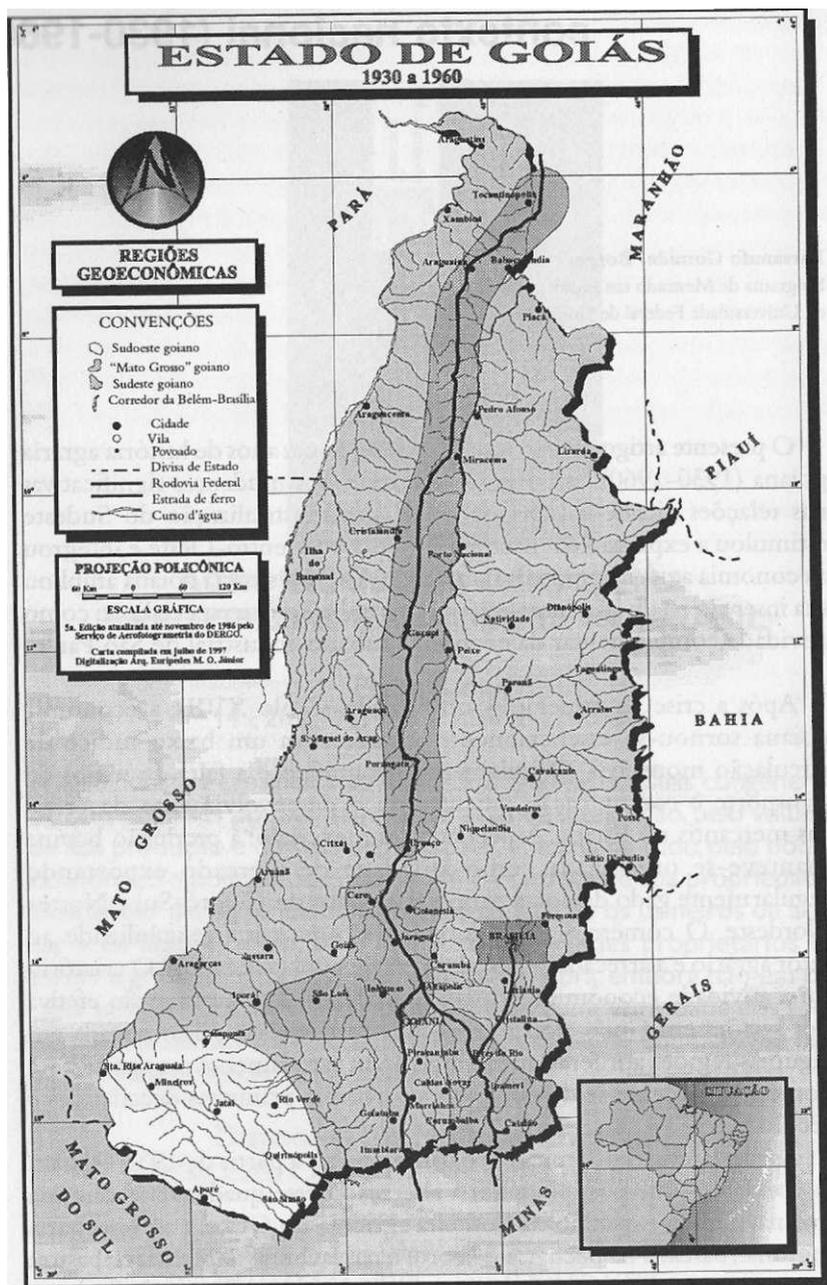


Figura 2 - Localização das regiões Geoeconômicas de Goiás. Fonte: GOMES, H. e NETO, A. T. (1993). Geografia: Goiás - Tocantins, Goiânia: Cegraf.

Todavia, a relação de subordinação do agro goiano em relação à economia urbano-industrial permaneceu, até por volta dos anos sessenta, numa fase que se poderia chamar de "espontânea". Os vínculos inter-setoriais limitavam-se às operações livres de trocas: a sociedade agrária goiana vendia produtos primários e comprava manufaturados. Em alguns casos, essas operações envolviam obrigações específicas: financiamento ao produtor rural e compra de sua produção pela indústria a preços preestabelecidos. Em geral, o escoamento da produção agrícola era feito através de agentes compradores do comércio atacadista, pois os vínculos entre agricultura e indústria eram ainda indiretos (Benvindo, 1984:70).

A implantação de vias de transporte possibilitou uma maior inserção da economia do sul do Estado ao mercado logo nas primeiras décadas do século, enquanto a região norte permaneceu isolada e esparsamente povoada até a década de 1960. A atividade agropecuária goiana se distribuía espacialmente de acordo com a modalidade de ocupação e a qualidade agrônômica da terra: nas regiões de cerrado predominava a criação extensiva do gado; nos vales e nas zonas de mata, a agricultura e a extração de madeira. A maior parte da população vivia no campo e dedicava-se às atividades primárias. Uma precária rede de estradas e caminhos ligava as fazendas aos núcleos urbano existentes.

Agricultura

A produção agrícola goiana manteve-se organizada como *economia do excedente* até o início do século XX. A população sertaneja dedicava-se ao cultivo de produtos principalmente de subsistência, cujo excedente era comercializado no restrito mercado local. A terra era explorada, em geral, em regime de trabalho familiar com técnicas primitivas e predatórias, que em pouco tempo exauriam o solo, tornando assim a agricultura uma atividade econômica quase itinerante. A abundância de terras "livres" disponíveis favorecia a exploração agrícola extensiva com o mínimo de investimento.

O baixo consumo local e a falta de meios de transporte eficientes para escoar a produção para outros Estados representavam problemas cruciais para o desenvolvimento da atividade agrícola regional. O carro de bois e as tropas eram os meios de transporte até então disponíveis em Goiás, ambos com capacidade de carga limitada por volume, inviabilizando assim as exportações regulares de produtos agrícolas. Segundo uma fonte oficial, muitas vezes a produção excedente não pa-

gava nem mesmo seu próprio transporte e era preferível deixá-la "apodrecer na roca".

A industrialização no sudeste do País e a implantação de uma infraestrutura de transportes possibilitaram o avanço da fronteira agrícola e da economia de mercado rumo ao Centro-Oeste, alterando as relações campo-cidade. A economia agrária goiana ampliou sua inserção na divisão inter-regional do trabalho, como produtora de gêneros alimentícios de primeira necessidade, e iniciou um processo lento e desigual de diversificação e especialização.

A implantação da Estrada de Ferro Goiás, interligando o território goiano ao Sudeste, contribuiu para romper os *grilhões* que condicionavam a produção agrícola local a uma situação de quase subsistência. As lavouras cresceram e se especializaram ao ritmo do prolongamento dos trilhos. Assim, a agricultura, ao lado da pecuária de corte, começava a se organizar também como atividade mercantil. A produção que antes apodrecia nas roças, por falta de meios de transporte para escoá-la, passou a ser exportada para os mercados do Centro-Sul.

O arroz foi o primeiro produto agrícola goiano exportado em escala considerável. A orizicultura praticada de forma tradicional pela população sertaneja, como atividade de subsistência, encontrou condições favoráveis (clima e solo) para se desenvolver como lavoura comercial nas zonas de terra de mata. Como gênero de primeira necessidade, o cereal produzido em Goiás atendia a demanda de alimentos principalmente da população pobre trabalhadora do setor urbano-industrial do sudeste do País.

Comerciantes atacadistas localizados nas cidades da zona da Estrada de Ferro controlavam o comércio do arroz. O produto era beneficiado e depois exportado para os mercados de Minas Gerais e São Paulo. Os cerealistas compravam o arroz do produtor no período da safra, a preço baixo, e revendiam-o na entressafra. Dessa forma, os aumentos de preço do produto não chegavam ao lavrador, favorecendo apenas os intermediários e a acumulação do capital comercial. Assim, o comércio do arroz, controlado basicamente por imigrantes sírios e libaneses, tornou-se um importante negócio nos terminais ferroviários do Estado.

No final dos anos cinquenta, Goiás ocupava o quarto lugar na produção nacional de arroz, dispunha de 11,4% da área total cultivada com o cereal e produzia cerca de 10,8% do total do arroz do País, superado apenas pelos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas

¹ Goiás. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo Estadual. *Goyaz*, Cidade de Goiás, 31/05/1900.

Gerais². Neste período, parte dessa cultura já era praticada em terrenos arados em algumas áreas do sudoeste e do *Mato Grosso Goiano*, onde o rendimento médio era de 1.460 quilos por hectare, com uma produtividade próxima à dos paulistas e mineiros, mas, bem inferior à dos gaúchos (Capes, 1959:93), os quais, no entanto, produziam arroz irrigado.

O milho ocupava o segundo lugar na produção agrícola do Estado. Contudo, a maior parte desse produto era consumida internamente na alimentação de animais. Nos anos quarenta registrou-se uma redução na área cultivada do milho, em favor da cultura do arroz, provocando uma queda na produção do cereal. No final da década de 1950, Goiás ocupava o sexto lugar na produção nacional de milho³.

Goiás foi também um importante produtor de café fora da região sudeste do País. Em 1958, ocupava o quinto lugar na sua produção nacional. Só o município de Anápolis produziu, naquele ano, cerca de 479 mil sacas de café⁴. A maior parte dessa produção era exportada para outros Estados do Centro-Sul.

O agro goiano, no seu conjunto, continuou tradicional ao longo do período estudado. Mesmo com a especialização da produção e a sua maior inserção no mercado nacional, as transformações no setor ocorreram de forma lenta e desigual. Registrou-se, porém, um crescimento no volume da produção e o início da mecanização de algumas lavouras no sul do Estado. Segundo dados dos Censos Agrícolas, depois de 1940 ocorreu uma redução ininterrupta do número de estabelecimentos rurais por arado. A redução deste coeficiente em Goiás foi superior à média nacional. Nas décadas de 1950 e 1960, registrou-se uma redução na relação entre as áreas totais dos estabelecimentos e o número de tratores, bem como entre este último e a quantidade de pessoas ocupadas na agropecuária. O Estado contava, em 1950, com apenas 86 tratores. Em 1960, este número havia se elevado para 1.349 unidades⁵. Estes números revelam um significativo crescimento da mecanização no campo.

Os maiores índices de tecnificação na agricultura regional foram alcançados no vale do Paranaíba. Segundo estimativas da Secretaria da Agricultura do Estado, em Itumbiara e Santa Helena a mecanização adquiriu forte incremento. Nesses municípios havia, em 1959, cerca de

² *O Popular*, Goiânia, 10/02/1960.

³ *O Popular*, citado, 03/07/1959.

⁴ *Ibidem*.

⁵ IBGE — *Censos Agropecuários*, 1950 e 1960.

quinhentos tratores. As máquinas eram empregadas sobretudo no cultivo das lavouras de arroz, as quais se expandiram como atividade mercantil de exportação (Capes, 195:93).

A produção agrícola goiana desenvolveu-se de forma heterogênea no tempo e no espaço. Primeiro no sudeste do Estado, na região da Estrada de Ferro e, em seguida, no sudoeste (vale do Paranaíba) e no *Mato Grosso Goiano*. Esse desenvolvimento desigual do processo produtivo ocorreu também em relação aos ramos da produção e às categorias de produtores. O crescimento do índice de mecanização das lavouras ocorreu primeiro nas culturas de exportação e nos médios e grandes estabelecimentos agrícolas. Essa diferenciação, na verdade, refletia a dinâmica dos níveis de integração capitalista da economia agrária regional, tornando o Estado de Goiás economicamente bastante heterogêneo em termos espaciais, nele subsistindo simultaneamente diversos processos de produção.

O sudeste goiano, favorecido por sua posição geográfica e pela penetração das vias de transportes, foi a primeira região a integrar-se à expansão da fronteira agrícola. Mas, a zona da Estrada de Ferro, pioneira no cultivo comercial de produtos agrícolas, logo entrou num processo de crise econômica, até a completa decadência. A partir de 1940, registrou-se acentuada queda na produção agrícola dessa região. Cidades como Catalão, Ipameri e Pires do Rio, que cresceram com a chegada dos trilhos e com o desenvolvimento agropecuário, estagnaram com a queda na produção das lavouras.

Na verdade, houve em Goiás uma reestruturação do espaço agrário a partir de 1940. A fronteira agrícola abriu-se em novas frentes de expansão e passou a avançar para o Sudoeste e o *Mato Grosso Goiano*. Estas regiões logo assumiram a liderança no processo de produção e de especialização agrícola. Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, o *Mato Grosso Goiano* produziu, em 1959, cerca de 26% do arroz, 34% do milho, 48% do feijão e 68% do café colhidos em Goiás. Assim, o rápido esgotamento dos solos nas áreas pioneiras levou ao progressivo abandono da zona da Estrada de Ferro (região sudeste), e à ocupação de novas áreas na fronteira oeste e central do Estado. Dessa forma, os anos quarenta e cinquenta marcaram um recuo na ocupação das terras do vale do Corumbá, em busca dos solos de mata dos vales do S. Patrício e do Paranaíba.

A agricultura goiana, mesmo permanecendo tradicional no seu conjunto, respondia aos estímulos advindos do aumento da demanda de alimentos nos mercados do sudeste do País, com a ocupação de novas áreas. A explicação do baixo índice de produtividade não estava

apenas na falta de uma maior mecanização no campo ou nas condições agronômicas da terra mas, principalmente, na forma pela qual estavam organizadas as tradicionais modalidades de exploração agrária. Assentada no complexo latifúndio-minifúndio, a agropecuária goiana continuou baseada em arcaicas relações sociais de produção, as quais foram incorporadas, sem trauma, ao processo de produção de mercadorias.

A produção agrícola no Estado, no período, oscilava entre fases de expansão e de retração. O crescimento das lavouras dava-se mais pela incorporação de novas áreas na fronteira do que pelo aumento da produtividade por área cultivada. A instabilidade da atividade agrícola era agravada por fatores como a irregularidade no regime de chuvas, a exaustão do solo nas regiões de ocupação mais antiga, e a flutuação de preços dos bens primários.

Contudo, os problemas cruciais da agricultura goiana continuavam sendo as dificuldades de escoamento da safra e a política de preços agrícolas. Sempre que havia aumento da produção, o agricultor via seu produto encalhado nas roças à espera de transporte e comprador (Capes, 1959:94). Faltavam meios de transporte eficientes para escoar a produção até aos terminais ferroviários. Além disso, o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás deu-se de forma muito lenta — só nos anos cinqüenta atingiu a capital do Estado (Goiânia). Essa deficiência dos transportes elevava os custos da comercialização e o preço final dos bens primários exportados reduzindo, assim, a competitividade da produção agrícola goiana nos mercados do Sudeste.

Na tentativa de proporcionar uma idéia aproximada quanto à incidência específica da renda gerada na atividade agrícola regional, o Estudo da Capes (1959) calculou as seguintes margens de renda deixadas por uma saca de arroz colhida no município de Jussara (vale do São Patrício), beneficiada em Goiânia e vendida em São Paulo:

Setores e Atividades	Cr\$	%
Primário (lavoura)	525	61
Secundário (beneficiamento)	20	2
Terciário (transporte, comércio, impostos)	324	37
TOTAL	869	100

A falta de uma política de crédito ao produtor também dificultava o desenvolvimento da agricultura regional. Os financiamentos bancários estavam amarrados a certas padronizações burocráticas, que dificultavam, para a grande massa de agricultores, o acesso ao restrito sistema de

crédito existente. Faltava autonomia às agências do Banco do Brasil, e ainda não havia uma "carteira agrícola" organizada em Goiás⁶.

Na verdade, a agricultura em Goiás ainda era uma atividade econômica pobre e exercida predominantemente por pequenos produtores. Possesores, colonos e meeiros eram responsáveis pela maior parte da produção de gêneros alimentícios, exceto na já referida região sudoeste do Estado. As linhas de crédito existentes para o setor agrário beneficiavam sobretudo os grandes proprietários, que se dedicavam mais à pecuária do que à agricultura.

Na reestruturação do espaço agrário regional, a partir de 1940, a atividade pastoril tendeu a substituir a produção agrícola em algumas áreas do território goiano. O fenômeno ficou conhecido na literatura local como a "pecuarização da lavoura". Na zona cortada pelos trilhos da "Goiás", esse processo foi mais intenso. No município de Pires do Rio, por exemplo, a expansão da pecuária nas áreas agrícolas provocou um êxodo da população rural, forçado pela falta de terras de cultivo, açambarcadas pelos criadores de gado⁷.

Nos anos cinquenta, o processo de substituição da lavoura pela pecuária na região sudeste do Estado intensificou-se ainda mais. Em vários municípios, boa parte dos lavradores fora expulsa da terra pela "refuncionalização" das atividades agrárias, que transformou a *terra de trabalho* em *terra de gado*. Dados do Censo Agrícola de 1960 revelam que as áreas de lavoura na região sofreram uma forte retração. No município de Ipameri, outrora grande centro produtor e exportador de arroz, a área agrícola cultivada registrou uma queda de aproximadamente 25%, reduzindo-se de 5.391 para 4.029 hectares. Em Vianópolis, a redução da área cultivada foi ainda maior, de aproximadamente 40%, caindo de 2.776 para 1.625 ha. O município de Anápolis, tradicional produtor e exportador de cereais, registrou em dez anos uma queda na produção agrícola, em termos de área cultivada, de mais de 30%: de 17.236 caiu para 11.940 ha⁸.

O Sudoeste goiano foi uma exceção nesse processo de "refuncionalização" do espaço agrário, que resultou no avanço da pecuária sobre as lavouras. A implantação de estradas de rodagem na região e a pro-

⁶ O *Popular*, 15 e 16/11/1958.

⁷ *Correio Oficial*, Goiânia, 22/08/1941.

⁸ IBGE — *Sinopse do Censo Agrícola do Estado de Goiás (1950-1960)*. Serviço Nacional de Recenseamento, 1960, p. 7.

ximidade dos mercados do Triângulo Mineiro, estimularam o crescimento e a melhoria do rebanho bovino concomitantemente à expansão da atividade agrícola e à mecanização das lavouras de exportação. A maior integração capitalista da economia regional, a partir dos anos cinquenta, resultou no aumento da área cultivada e no uso intensivo do solo, assim como na melhoria dos rebanhos e da qualidade das pastagens. No município de Rio Verde, por exemplo, onde crescia a especialização da produção agrícola, em dez anos, a área cultivada elevou-se de 11.200 para 31.362 ha. Em contrapartida, no município de Jataí, na mesma região, registrava-se um decréscimo da ordem de 30% da área agrícola⁹.

Apesar desse aumento registrado nas áreas cultivadas, e do início da tecnificação das lavouras de exportação no sudoeste goiano, o crescimento agrícola no Estado, no seu conjunto, continuou muito instável e desigual ao longo do período. Na verdade, a agricultura era uma atividade econômica que ainda não pesava muito na economia estadual. Apesar do crescimento da produção de arroz, milho, algodão, café, fumo e de outros gêneros, a sociedade goiana ainda vivia do boi¹⁰.

"Enquanto o gado se locomove a pé, por longas distâncias, em direção aos centros de mercados, dispensando os meios de transportes, o agricultor necessita do transporte certo para exportar os seus produtos, correndo o risco de depreciá-los na sua qualidade e, o que é mais importante, no seu valor"¹¹.

Para Campos (1985:35), a "pecuarização da lavoura" tinha como justificativas: a) ser a lavoura, especialmente a do arroz, uma cultura de desbravamento utilizada para completar o processo de limpeza do terreno recentemente desbravado; b) haver mais financiamento destinado à agricultura do que à pecuária. Segundo o Autor, disto se pode concluir que a chamada "pecuarização da lavoura" resultou de uma decisão econômica de redução de custos da mão-de-obra, e de eliminação de risco, dadas a variação de preços e a insegurança quanto aos preços mínimos dos produtos agrícolas.

⁹ Idem, p. 10.

¹⁰ *Boletim Estatístico*, n.º 7, Departamento Estadual de Estatística. Goiânia, fevereiro de 1945.

¹¹ *Goiás — Uma Nova Fronteira Humana*. Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1949, p. 52.

É verdade que as culturas temporárias — praticadas pelos arrendatários, meeiros ou posseiros — foram o principal meio utilizado pelo fazendeiro para desbravar e "amansar" as terras de mata, as quais eram depois ocupadas pela pecuária extensiva. Esta prática foi, inclusive, uma forma de reduzir os custos de produção das pastagens. Entretanto, é discutível a afirmação de que havia mais financiamentos destinados à agricultura do que à pecuária, mesmo porque, se isso fosse verdade, o fenômeno da "pecuarização das lavouras" não teria ocorrido de forma tão intensa em algumas regiões.

Como foi mencionado antes, faltava crédito ao agricultor, notadamente ao pequeno produtor que compunha a maioria dos lavradores. Em 1952, do total dos empréstimos bancários destinados aos setores produtivos da economia goiana, 43% foram para a pecuária e apenas 5,2% para a agricultura. Entre 1952 e 1958, o Banco do Brasil aumentou em 18 vezes os créditos para as lavouras e mesmo assim, os produtores agrícolas receberam apenas 20% do total dos empréstimos e os pecuaristas 24,5%¹². Como se observa, a argumentação de que a agricultura recebia mais financiamento que a pecuária não se sustenta.

Na realidade, o avanço das pastagens sobre as lavouras foi uma prática adotada sobretudo nas zonas de solo pobre exaurido pela atividade agrícola tradicional. Com incentivos do poder público, a agricultura goiana avançava em direção às terras mais férteis, conquistando fronteiras e criando novos espaços econômicos. Essa exploração agrícola nas novas áreas garantia maior rentabilidade com menor custo de produção, pois aproveitava a fertilidade natural do solo.

É importante ressaltar, porém, que o avanço da pecuária sobre as terras agrícolas indicava, na verdade, uma maior especialização da produção agrária no Estado. A alternância de atividades produtivas no campo respondia, assim, às exigências do mercado à medida que a agropecuária regional se definia, cada vez mais, como atividade complementar da economia urbano-industrial do Sudeste.

Com o crescimento urbano em Goiás, a partir dos anos cinquenta, aumentaria naturalmente o consumo regional de gêneros alimentícios. A agricultura comercial, que produzia essencialmente para o mercado "externo", passou a organizar-se, também, em função da demanda local. O aumento populacional de Goiânia, Anápolis e de outras cidades no Estado, assim como a construção de Brasília, influenciaram direta-

¹² *Brasil Central*, Goiânia, 20/03/1960.

mente no crescimento do mercado agrícola regional. Esse aumento da demanda local de alimentos reduzia, em parte, a dependência do agro goiano em relação aos mercados do Centro-Sul, e abria novas perspectivas de crescimento e modernização do setor.

A partir dos anos sessenta, o setor agrário brasileiro passaria por uma significativa transformação. Sob a égide do Estado autoritário, a agricultura conheceu um processo de "modernização conservadora", que resultaria na criação de um novo padrão agrário no Brasil. Na posição de fronteira agrícola do País, o Centro-Oeste conheceu uma intensa expansão capitalista no campo. Apoiada nos incentivos fiscais e no crédito subsidiado, a produção agrícola regional passaria a organizar-se também "para fora", em função da demanda de alimentos e matérias-primas no mercado internacional.

A necessidade crônica de divisas e de aumento da produção de alimentos para o mercado interno, levaram os governos militares a adotar uma nova política agrícola para o Brasil, a qual promoveria uma reorganização capitalista no campo, dando início ao desenvolvimento de um novo padrão de desenvolvimento agrário. Em Goiás, as culturas de exportação — como as da soja, do algodão e do milho, iriam ocupar uma posição de destaque na nova formação agrária.

Pecuária

O grande rebanho bovino constituía originalmente o *alicerce mais sólido* da economia agrária goiana. A expansão das fazendas de gado foi responsável pela ocupação de grandes áreas de terra, especialmente nas áreas de cerrado. A atividade pecuária em Goiás teve início no período da mineração. Assim, não só do metal precioso vivia a sociedade colonial local. À sombra do ouro, desenvolveu-se uma ativa sociedade de criadores e comerciantes de gado. Ainda no período colonial muitas fazendas e arraiais haviam surgido a partir dessa atividade econômica (Moreyra, 1982).

Os caminhos da penetração do gado em território goiano partiram de dois núcleos principais: os currais nordestinos e os paulistas. Fazendeiros do Piauí e da Bahia conduziram suas boiadas, subindo o São Francisco, depois de percorrerem o Oeste baiano e de ultrapassarem a fronteira natural do Espigão Mestre, alcançaram o território goiano. Pará e Maranhão foram outros pontos de partida de rebanhos, os quais seguiram o vale do Tocantins e se dispersaram a partir do norte do Estado. O gado que partiu de São Paulo e Minas Gerais palmilhou a

mesma trilha dos mineradores; após atravessar o Triângulo Mineiro, os rebanhos expandiram nos sertões de Goiás.

O capital exigido para desenvolver essa atividade pastoril era mínimo. Além do gado, quase não havia investimentos a fazer. As construções das fazendas eram rústicas e os métodos de produção rotineiros. O Planalto Central era dotado de topografia, clima e vegetação adequados à atividade pastoril. As pastagens naturais do cerrado favoreciam o manejo do gado e reduziam os custos da atividade.

Predominou de início, na pecuária goiana, o gado nativo conhecido como "curraleiro" ou "pé-duro". Tratava-se de uma espécie rústica proveniente dos primeiros tempos da colonização e muito adaptada à criação extensiva do cerrado. Na segunda metade do século XIX, o rebanho bovino goiano recebeu uma decisiva influência do desenvolvimento da pecuária da bacia do Rio Grande, em Minas Gerais. O gado zebu foi introduzido no Triângulo Mineiro e no sul de Goiás nas últimas décadas do século passado (Capes, 1959:21). As raças indianas (Gyr e Guzerath) se destacaram na formação e melhoria do gado de corte. O nelore (atualmente o gado de corte mais difundido no Estado) somente se desenvolveu em Goiás mais tarde, depois de 1960, com a modernização do setor agrário. Nas exposições agropecuárias regionais realizadas no final dos anos cinquenta, apenas 4% do rebanho bovino era formado de gado nelore, enquanto que a raça gyr compunha cerca de 86% do plantel em exposição¹³.

O cruzamento das raças indianas com o gado nativo deu origem ao tipo que ficou conhecido como *indubrasil*, espécie bovina que se adaptou bem às condições das pastagens do cerrado e à forma de transporte das boiadas por terra, percorrendo longas distâncias a pé até os mercados de outros Estados. A despeito dos vários problemas enfrentados pela pecuária regional, os quais serão analisados mais adiante, o rebanho bovino goiano atingiu seis milhões de cabeças, em 1956, quando o Estado passou a ocupar a quinta posição nacional no número de bovinos, apenas ultrapassado por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Apesar do crescimento registrado no rebanho, a pecuária goiana continuou sendo uma atividade predominantemente extensiva e apresentando baixos índices de produtividade. As pastagens do cerrado eram pobres, de pouco valor alimentar, suportando em média, uma rês em cada três hectares. A atividade pastoril, inserida na divisão regional do

Brasil Central, 27/09/1959.

trabalho, como produtora de carne a preço baixo para o mercado do Sudeste, continuava tradicional e com limitada capacidade de transformação e modernização.

O aumento das exportações brasileiras de alimentos durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo de proteína animal, resultou numa substancial recuperação dos preços do boi criado em Goiás. O preço da arroba de carne subiu em torno de 60% nos mercados de São Paulo, onde se encontravam instalados os grandes frigoríficos¹⁴. Todavia, essa recuperação dos preços do boi não se sustentou por muito tempo; com o fim do conflito mundial, a arroba de carne voltou a baixar no mercado, e o preço do produto continuaria sendo instável ao longo do resto do período estudado.

No Sudoeste goiano estava o melhor rebanho bovino do Estado. A proximidade dessa região ao Triângulo Mineiro facilitava a importação de melhores raças para o aprimoramento do plantel e propiciava um mercado para onde era exportada a maior parte do gado comercializado. A interligação da região com o Estado de São Paulo por via rodoviária, com a construção da ponte Mendonça Lima no Rio Grande (1943), abriu uma nova rota de exportação do gado goiano sem a intermediação dos comerciantes mineiros. Assim, as boiadas poderiam ser vendidas diretamente aos frigoríficos paulistas.

No norte do Estado continuou a predominar o gado nativo com um rebanho bovino de baixa qualidade. Mesmo com o aumento das exportações da carne, por via aérea, para as capitais do Norte-Nordeste nos anos quarenta e cinquenta, as condições da pecuária regional não se alteraram muito. A maior parte das fazendas de gado permaneceu organizada de forma precária, com baixo investimento. O sertanejo criava o gado na "larga", quase não havia cercas dividindo pastos e fazendas. A aquisição de arame era difícil, especialmente em razão da falta de transporte e da baixa mercantilização da produção.

Todavia, o maior problema era a falta de sal para alimentação do gado no criatório do norte de Goiás. Complemento alimentar básico para o desenvolvimento dos rebanhos, o produto era raro nas fazendas locais. Os mercados de sal mais próximos encontravam-se a milhares de quilômetros para a maioria dos fazendeiros: seja em Belém, capital do Pará, seja nos terminais ferroviários do Sudeste goiano. Dessa forma, a melhoria das condições da pecuária nortense não passava apenas pelo

¹⁴ *Boletim Estatístico*, n.º 7, p. 39.

aperfeiçoamento genético das raças bovinas. O isolamento geográfico da região e a baixa rentabilidade da atividade pastoril dificultavam a importação de insumos básicos para a desenvolvimento do criatório.

O Censo Agropecuário de 1950 registrou no Estado de Goiás 63.736 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupavam uma área total de 245.881 quilômetros quadrados e representavam 40% do território estadual. As pastagens ocupavam em torno de 63% da área dos estabelecimentos. A forma pela qual a terra era explorada evidenciava o predomínio da pecuária como atividade econômica.

Segundo Bertran (1978:113), este predomínio da pecuária deve ser visto como uma fatalidade a que Goiás foi forçado, mais pela míngua de população, de capital e de terras de cultura do que pelo seu caráter inato. Para esse autor, o gado foi, por excelência, "produção marginal de espaços marginais".

Admitir o predomínio da atividade pastoril na economia goiana apenas como fatalidade natural e histórica é desconhecer a lógica da organização da produção agrária regional, assim como das relações inter-setoriais que a envolviam. A partir da segunda metade do século passado, com a expansão do café no Oeste paulista, a economia agrária goiana se especializara na produção e exportação de gado de corte para o Centro-Sul, inserindo-se numa divisão regional do trabalho agrícola. Com a industrialização do Sudeste, a produção agropecuária regional tornou-se uma atividade complementar da economia urbano-industrial paulista. Assim, não poderia ser a pecuária uma "produção marginal de espaços marginais", como concebe Bertran. A atividade pastoril era o sub-setor mais dinâmico da economia agrária goiana, que, inserida na divisão regional de trabalho, iria desempenhar papel relevante no processo de acumulação do capital. A produção e exportação de proteína animal a baixo preço contribuiria para a redução dos custos da reprodução da força de trabalho no setor urbano-industrial do Sudeste. Dessa forma, a agropecuária goiana estava articulada aos demais setores da economia capitalista e assim deve ser analisada e compreendida.

É verdade que as condições naturais e a estrutura agrária tradicional, favoreceram o desenvolvimento da pecuária como *carro-chefe* da economia regional. Mas, mesmo com os baixos índices de produtividade dos rebanhos e as constantes oscilações no preço do boi no mercado, a economia pastoril manteve-se como principal atividade de exportação do Estado. Os baixos investimentos e as relações de trabalho não-capitalistas reduziam os custos de produção nas fazendas e garantiam uma renda relativamente alta ao setor, o que viabilizava o processo produtivo e

mantinha a pecuária como atividade mercantil inserida na dinâmica da economia de mercado.

Enfim, o predomínio da atividade pastoril em Goiás não foi decorrência apenas das condições agronômicas e de fatores inatos ou históricos. Ele resultou principalmente da forma pela qual a produção agrária estava organizada e inserida na divisão regional de trabalho. A subordinação da produção agropecuária ao mercado forjou um tipo de especialização no campo, a qual privilegiou a produção de certos bens primários de menor custo e de maior demanda no mercado — no caso, especialmente o gado de corte.

Apesar do predomínio da pecuária e do seu papel na acumulação de capital no agro goiano, vários fatores inter-relacionados dificultaram a transformação e modernização desta atividade econômica no Estado. A primeira dificuldade era a deficiência do transporte no escoamento da produção. A maior parte do gado continuava sendo conduzida por terra, percorrendo a pé longas distâncias até os mercados do Sudeste.

A segunda dificuldade residia nas perdas na comercialização do gado em pé. A venda de bois aos frigoríficos do Sudeste estava sujeita a uma estrutura oligopsônica de mercado, a qual rebaixava o preço do produto goiano. Em outras palavras, poucas empresas frigoríficas de São Paulo e Minas Gerais controlavam a compra do gado de corte e impunham preços de monopólio na aquisição dos bois. Essa estrutura de comercialização impedia que o aumento do preço final da carne para o consumidor chegasse até ao produtor.

As perdas na comercialização do gado eram agravadas pela submissão da pecuária goiana a uma divisão regional de trabalho entre criadores e invernistas, pela qual os novilhos produzidos em Goiás eram vendidos aos boiadeiros de Minas e São Paulo, que se dedicavam à engorda e à comercialização de bois. Alguns fazendeiros abastados do Sudoeste goiano dispunham de invernadas de engorda de gado em Barretos, ou em outros municípios paulistas. Com a possibilidade de eliminar a intermediação comercial do invernista, os criadores passaram a vender seus bois diretamente à indústria frigorífica, reduzindo, assim, parte das perdas na comercialização do gado em pé. Contudo, apenas uma minoria dos produtores goianos encontrava-se nessa condição; a maior parte da produção regional continuou sujeita à especulação comercial que aviltava o preço do boi.

Assim, a maior dificuldade da pecuária goiana residia na falta de indústrias frigoríficas locais para a industrialização do boi no Estado.

Estimou-se que, no transporte das boiadas por terra e nas transações comerciais do gado, a pecuária de corte goiana perdia entre 30 e 40% de seu valor real¹⁵. Perdia-se renda e arrecadação fiscal na venda do animal em pé. Dessa forma, a solução para os problemas da pecuária regional passava, necessariamente, pela industrialização local do boi. Do contrário, o capital "externo", que controlava o comércio e a industrialização da carne, continuaria a acumular a maior parte do excedente econômico produzido na pecuária goiana.

No transporte do gado por terra até às invernadas de engorda, o boi chegava em *pele e osso*, sendo obrigado a permanecer ali, em média, entre seis meses e um ano, para recuperar peso e chegar ao ponto de abate. As conseqüências eram um aumento dos custos de produção e a desvalorização do novilho produzido em Goiás, o qual, ao ser abatido nos frigoríficos de Minas e São Paulo, custava mais que os similares produzidos naqueles Estados e, o que era pior, tendia a ultrapassar a idade ideal para a obtenção de carne de boa qualidade.

O desenvolvimento e a transformação da atividade pecuária exigiam, assim, um processo moderno de industrialização local do boi. No início dos anos quarenta, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão de planejamento econômico estadual, reivindicara do Governo Federal a instalação em território goiano do "Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central"¹⁶, indústria estatal, projetada durante a ditadura Vargas, que visava melhorar o abastecimento interno e controlar a produção de carne no Centro-Oeste. Argumentava-se que o Estado tinha na pecuária a sua principal atividade econômica e localizava-se na zona central do País, próximo a outros centros produtores de gado, como Mato Grosso e Minas Gerais. A idéia era que Goiânia fosse a sede da indústria da carne no Brasil Central.

Com a queda de Vargas em 1945 e a reorientação liberal da economia brasileira, a proposta da criação do monopólio estatal da carne no Centro-Oeste não se concretizou. Não obstante o empenho econômico e político da Sociedade Goiana de Pecuária na criação de frigoríficos locais, o número de abates de bovinos no Estado permaneceu muito baixo e limitava-se às charqueadas e matadouros tradicionais. Em 1956,

¹⁵ *Correio Oficial*, 16/03/1944.

¹⁶ Goiás. *Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Estado*, Pedro Ludovico Teixeira, 1940-1942, p. 20.

apenas 4% do gado de corte produzido eram abatidos no próprio Estado (Capes, 1959:07). A exportação do boi em pé permaneceu como problema crucial da pecuária regional até os anos sessenta, quando começou a implantação de modernas indústrias frigoríficas em Goiás.

A industrialização do boi implicaria, além da implantação de frigoríficos, na existência de meios de transporte modernos e eficientes para o escoamento da carne, produto altamente perecível. A forma mais adequada de transportar o produto seria através de vagões-frigoríficos da Estrada de Ferro. Estando, porém, em plena decadência, a ferrovia goiana não dispunha de tais unidades de transporte. Foi somente no programa de reaparelhamento das linhas em 1956 que se previu a aquisição de 33 daqueles vagões¹⁷.

A acentuada queda dos preços do boi, a partir da segunda metade da década de 1940, resultante da referida estrutura de comercialização do gado e do desajuste financeiro do setor, marcou um período de retração da atividade pastoril em Goiás. Segundo Coimbra Bueno, que governou Goiás em 1948, a desvalorização do zebu ocasionou um rápido decréscimo nas atividades pecuárias e o conseqüente despovoamento de inúmeras pastagens.

Conforme estimativas da Sociedade Goiana de Pecuária, a atividade pastoril no Estado sofrera, em 1940, perdas de aproximadamente 65 milhões de cruzeiros. No ano de 1943, o setor experimentara prejuízos ainda maiores, superiores a 70 milhões¹⁸. Além de manter a perversa estrutura de mercado que permeava as relações cidade-campo, o Estado populista adotara uma deliberada política de transferência de excedentes econômicos e de forças produtivas para o setor urbano-industrial, principalmente através do controle de preço dos produtos agropecuários de primeira necessidade.

Em última análise, a produção agropecuária goiana, apesar de continuar organizada de forma tradicional no seu conjunto, especializava-se em função do mercado e configurava-se como reserva de *acumulação primitiva* para o sistema econômico. A subordinação do agro ao capital mercantil e a sua articulação com o moderno setor urbano-industrial do Sudeste consubstanciavam-se no chamado desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista no Brasil.

¹⁷ *Revista Ferroviária*, Rio de Janeiro, 1957, p. 67.

¹⁸ *Correio Oficial*, 16/03/1944.

Estatísticas

Tabela 1. Goiás — Evolução da produção agrícola, principais produtos (em toneladas)

Produtos	1920	1940	1950
Arroz	37.428	61.361	256.069
Milho	133.823	155.452	235.479
Café	3.344	5.588	13.453
Feijão	10.947	12.370	39.283

Fonte: IBGE - Censo Agrícola, 1960.

Tabela 2. Goiás/Brasil - Evolução da produtividade física por área de algumas das principais lavouras (1939-1962) (T/ha)

Períodos	Algodão		Arroz		Feijão		Milho	
	Go.	Br.	Go.	Br.	Go.	Br.	Go.	Br.
1939/41	0,53	0,65	1,49	1,53	0,96	0,82	1,51	1,21
1949/51	0,44	0,44	1,99	1,60	0,93	0,69	1,56	1,27
1960/62	0,58	0,56	1,62	1,56	0,86	0,66	1,62	1,30

Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil.

Tabela 3. Evolução da população pecuária (1940-1959) (em milhares de cabeças)

Anos	Bovinos	Equinos	Asininos/Muares	Suínos
1940	2.957	381	41	654
1946	3.766	478	79	1.492
1948	4.123	502	153	1.330
1950	4.562	539	185	1.750
1952	4.884	586	222	2.360
1953	5.257	609	244	2.711
1955	5.817	683	280	3.263
1956	6.040	720	302	3.777
1957	6.305	-	-	-
1958	6.674	-	-	-
1959	6.756	-	-	-

Fonte IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil.

Bibliografia

- Benvindo, Francisco Martins. *Acumulação Capitalista e Urbanização em Goiás (1920-1980)*. Brasília: DE/UnB, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- Bertran, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- Borges, Barsanufu Gomides. *Goiás: "Modernização" e Crise (1920-1960)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994 (Tese de Doutorado).

- Campos, Francisco Itami. *Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1985 (Tese Doutorado).
- Capes, *Estudos de Desenvolvimento Regional (Goiás)*, Rio de Janeiro, 1959.
- Gomes, Horieste. *Geografia Sócio-Econômica de Goiás*. Goiânia: Livraria Brasil Central Editora, 1969.
- Gonçalves, Wenceslau Neto. *Estado e Agricultura no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- Graziano da Silva, José. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Goiás — *Uma Nova Fronteira Humana*. Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1949.
- Martins, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- Moreyra, Sérgio Paulo. "A Sombra do Ouro". *Revista do ICHL/UFG*, n.º 2, vol. II, Goiânia: Cegraf, 1982: 56-65.
- Oliveira, Francisco de. *Elegia Para uma Religião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ."A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Seleções Cebrap I*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- Silva, Sérgio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil". *Contexto*, n.º 1, p. 23-32, nov. 1976.
- ."Desenvolvimento Econômico e Agricultura no Brasil". In: *As formas de Acumulação e o Desenvolvimento do Capitalismo no Campo*. Niterói RJ: Centro de Estudos Noel Nutels, 1976.
- Szmrecsányi, Tamás. "O Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930-1970)". In: Fausto, Boris (Org.) *O Brasil Republicano* (HGCB), Tomo III, vol. IV, São Paulo: DIFEL, 1984.